

Gênero e transgeracionalidade: uma (des)construção

Juliana Corrêa Pacheco* 

Marina Ortolan Araldi 

Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil

Resumo: Este estudo buscou investigar e compreender a transmissão e manutenção transgeracional de perspectivas de gênero a partir de entrevistas semiestruturadas realizadas com 10 jovens, com idades entre 20 e 27 anos. Identificou-se que as novas gerações buscam ressignificar questões transmitidas por suas famílias, objetivando uma sociedade equitativa, embora as mudanças percebidas nas dinâmicas familiares ainda não sejam suficientes para a desconstrução de paradigmas históricos e culturais. Esses jovens, embora possuam posicionamento social crítico e busquem desconstruir valores estereotipados e preconceituosos relacionados ao gênero, deixam transparecer em seus discursos que as desigualdades políticas, econômicas e sociais ainda afetam profundamente as mulheres. Um dos principais motivos que levaram à desconstrução transgeracional foi o acesso à informação e a potente inserção em grupos que motivam a militância, embora poucos dos entrevistados ultrapassem as barreiras da internet em suas atuações.

Palavras-chave: gênero, transgeracionalidade, relações familiares, juventudes, movimentos sociais.

Introdução

As famílias, cada vez mais diversas e plurais em suas configurações, precisam ser pensadas por meio de uma nova ótica, que possibilite uma ampla análise dos padrões relacionais e dos complexos fenômenos que as modulam. Inerentemente relacional, a experiência humana está condicionada ao envolvimento dos sujeitos em grupos, desde o primeiro deles, identificado como a família. Enquanto um sistema, a família precisa ser pensada como um constante processo de interação e de integração dos seus membros, entre eles e a sociedade mais ampla. Ela não existe por si só: é uma construção social e, portanto, transformativa, de acordo com as necessidades materiais, culturais e históricas identificadas em cada época (Dias, 2011).

Dentro desses sistemas sociais, onde prevalecem amplas relações de privilégio e poder, heranças dos primeiros modelos patriarcais estabelecidos, situa-se o gênero, definido a partir da estrutura das relações e de como elas são trazidas para o seio dos processos sociais. Sua definição, portanto, vai além de categorias fixas, como “feminino” e “masculino”: são fronteiras e identidades, social e historicamente construídas, que moldam a vida das pessoas. É um fazer, uma incessante atividade performativa de gestos, significantes e desejos, que coexiste com as normas sociais que não necessariamente condizem com a personalidade de cada um (Butler, 2004). Falar sobre gênero diz respeito, primeiramente, à maneira como

as sociedades lidam com os corpos humanos, como os significam e atribuem sentidos a sua existência e continuidade (Connel & Pearse, 2015).

Socialmente, as famílias vivem em contextos diversos e normatizados, que acabam por exaltar as diferenças de gênero e as construções binárias; nesse sentido, presumem heteronormatividade, vinculando ao comportamento humano noções de feminilidade e masculinidade, reproduzindo estereótipos (Walsh, 2016). Essas dinâmicas familiares possibilitam outras perspectivas sobre a existência e a organização dos papéis sociais e das expectativas sociais de comportamento pré-estabelecidas para cada gênero.

Desde as primeiras organizações sociais estruturadas até a contemporaneidade, identificam-se papéis e estereótipos de gênero que deixaram reservada às mulheres uma posição inferior à dos homens. A história das civilizações humanas é baseada nas dinâmicas de poder e de conquistas, e as inferências no espectro das questões de gênero são inevitáveis. Dessa forma, as questões de gênero também são importantes aspectos que norteiam os processos e as relações familiares.

Devido às sociedades patriarcais, a construção da identidade de gênero é um processo, um constante devir, e, mesmo quando as categorias de gênero se cristalizam, esse processo ainda é sustentado pelos diversos meios sociais e naturalizado pela repetição de um discurso normativo (Butler, 2003). Uma vez que as estruturas sociais estão sempre em transformação, os significados atribuídos a essas categorias sofrem a ação da cultura e da época em que os sujeitos estão inseridos. Como o gênero deve ser percebido como um ponto de convergência entre relações culturais, históricas e sociais, ele não deve ser

* Endereço para correspondência: julianac_pacheco@hotmail.com



visto como um substantivo, e sim como um ponto relativo desse plano de convergência (Butler, 2003).

As críticas ao patriarcado e à normatização social foram o ponto de partida para a consolidação de dois importantes movimentos sociais que lutam por direitos e pela equidade de gênero: o movimento feminista e o movimento LGBTQ⁺. Nas sociedades contemporâneas, a cultura do machismo ainda é consideravelmente observável e as dinâmicas e relações de gênero perdem espaço à confusão de significâncias dos termos e ao preconceito – fatores que podem ser transmitidos pelas famílias.

A compreensão dos processos de herança e de transmissão de legados familiares é de grande importância, já que uma parcela da identidade de cada sujeito está atrelada a sua estrutura familiar, que se constitui por meio daquilo que é transmitido de pais e mães para seus filhos – esse fenômeno denomina-se transgeracionalidade (Botton, Cúnico, Barcinski, & Strey, 2015). As relações que se estabelecem entre os membros de uma família ou núcleo familiar e a sociedade – bem como as relações de causa-efeito provenientes dessas relações – são determinantes para que os jovens decidam por manter ou por romper com aspectos que lhes são transmitidos.

Os estereótipos e papéis de gênero, transmitidos pelo fenômeno da transgeracionalidade, modulam e estabelecem paradigmas relacionais e comportamentais, de acordo com determinações socioculturais pré-existentes. As diferenças de gênero são produzidas ou resistidas, até certo ponto, quando os membros de uma família relacionam-se entre si e com a sociedade (Walters, Carter, Papp, & Silverstein, 1991). Romper com esses padrões é, também, desconstruir diversas tradições e expectativas, em busca de uma reformulação de pensamentos e de ações, reivindicada, principalmente, pelos jovens.

Esteves e Abramovay (2008) pontuam as juventudes enquanto uma construção social, perpassada por temas sociais, culturais, políticos, econômicos e territoriais. Por esse motivo, torna-se cada vez mais usual o emprego do termo “juventudes”, no plural – a definição mais fiel à enorme gama de possibilidades presentes nesta categoria, que se origina a partir das múltiplas formas pelas quais se pode ver o jovem em cada contexto. É nesse período, também, que os indivíduos passam a se posicionar mais sobre suas visões políticas e sociais.

Dessa forma, objetivou-se compreender os aspectos relacionados às perspectivas de gênero, bem como a importância do fenômeno da transgeracionalidade na transmissão e manutenção dessas perspectivas pelos jovens. De maneira específica, buscou-se identificar aspectos relacionados aos estereótipos, papéis de gênero e padrões relacionais em famílias; verificar a influência sócio-histórico-cultural na construção de padrões relacionais e de gênero; compreender perspectivas

contemporâneas, motivadas por uma ressignificação na maneira de pensar sobre gênero, em seus mais diversos contextos, que mobilizam a quebra de padrões e modificam a inferência da transgeracionalidade nas famílias, de forma a buscar novas construções, principalmente relacionadas aos movimentos sociais.

Método

A pesquisa qualitativa, de caráter descritivo, foi escolhida por considerar que ela compõe a relação indissociável entre causa e efeito, apropriando-se das análises empíricas dos objetos de estudo. As análises qualitativas são relevantes à investigação das relações sociais, principalmente quando considerada a pluralização dos mais diversos aspectos das esferas da vida (Flick, 2009). Em alguns momentos, dados quantitativos foram trazidos para possibilitar a melhor compreensão das categorias de análise.

Como instrumento de pesquisa, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas, compostas por questões norteadoras, mas que permitiram certo grau de flexibilidade na condução do processo e até a inclusão de novas perguntas, de acordo com cada caso. As entrevistas foram pautadas em uma das etapas do método história de vida, para se dar vazão às vivências e memórias, com o objetivo de que se efetivasse um contexto de reflexão sobre a própria história, através da narrativa. Buscou-se, através das entrevistas baseadas no método, compreender as formas como cada pessoa se percebe, insere-se e atua em determinado contexto, assim como a profundidade e as particularidades dessa inter-relação com grupos sociais, por meio de uma análise que produzisse sentido para o enfoque da pesquisa (Martinez, 2015).

Foram convidados à pesquisa 10 jovens com idades entre 20 e 27 anos. Para participarem da pesquisa, os jovens deveriam identificar nas gerações de suas famílias estereótipos e papéis de gênero, com os quais concordassem ou não. A escolha da faixa etária está em consonância com Osório, Piltcher e Martini (2013), quando expõem que é nessa fase da vida, enquanto adultos jovens, que os sujeitos passam a buscar por uma verdadeira e mais completa autonomia e individuação, por vezes rompendo com os legados e com as ideias da família.

Para a captação dos sujeitos foi utilizada a técnica bola de neve, que se dá pela escolha de um informante-chave que se enquadra nos critérios pré-estabelecidos de inclusão, a partir dos objetivos do estudo, e indica um novo participante, a fim de localizar sujeitos com o perfil necessário para a pesquisa (Vinuto, 2016). Sucessivamente, a cada nova entrevista realizada o respondente indica outro participante, que é convidado à coleta de dados, até que o objeto de pesquisa torne-se saturado, ou seja, até que as informações trazidas tornem-se repetitivas.

O informante-chave desse estudo foi escolhido pelo fato de ser ativamente engajado em movimentos sociais e em instituições que defendem a equidade de gênero e

1 Para este estudo, optou-se pelo uso da sigla LGBTQ+, que além de englobar a diversidade de gênero, comporta a dimensão teórica e política dos estudos da Teoria Queer.

que atuam contra a violência doméstica. Essa escolha permitiu a coleta de informações importantes à pesquisa e se evidenciou como um potente caminho para a sucessiva indicação de participantes que se adequassem ao objetivo proposto e enriquecessem a discussão. O segundo entrevistado compunha o ciclo social do informante-chave e, assim como ele, os demais participantes compunham o ciclo social de seus antecessores e não necessariamente o do informante-chave, tendo em vista que a amostragem acontece por referências em cadeia.

As entrevistas, conduzidas e gravadas em áudio mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), foram realizadas durante os meses de junho a outubro de 2018. Posteriormente, foram transcritas integralmente e analisadas por juízes através do software de análise de dados ATLAS.ti, pelo método de análise de conteúdo, entendido como um conjunto de técnicas de análise das comunicações em que se busca identificar, por trás do discurso e seus fragmentos, estruturas, características e significações (Bardin, 2011).

Deu-se aos participantes a possibilidade de escolha do local para a entrevista, desde que pudesse ser assegurado o sigilo das informações, observando-se todos os princípios éticos previstos na legislação que regulamenta as pesquisas com seres humanos, exemplificados na Resolução nº 466, de 12 de novembro de 2012 (Ministério da Saúde, 2012). A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o parecer de número 2.649.038, de 10 de maio de 2018.

Análise de dados e discussão

A seguir serão apresentadas, concomitantes a sua explanação teórica e discussão, as cinco categorias finais emergentes da análise de conteúdo das transcrições integrais das entrevistas: 1) cultura machista e patriarcado; 2) importância dos movimentos sociais; 3) estereótipos e papéis de gênero; 4) preconceito à diversidade e 5) violência doméstica.

Cultura machista e patriarcado

Muitas sociedades organizam-se de forma patriarcal, sendo deixada às mulheres uma posição de segundo plano em relação aos homens. Esses aspectos, que podem ser reforçados pelas culturas, são transmitidos entre gerações, e, por vezes, criam uma dinâmica heteronormativa que subjetiva e constitui os indivíduos em função dos padrões e papéis de gênero estereotipados e historicamente construídos; que rejeita tudo aquilo que saia dos padrões socialmente esperados a homens e mulheres, ao “feminino” e ao “masculino”.

Os pilares que sustentam a base do patriarcado, fundamentados em elementos das sociedades de classes, são inseparáveis, haja vista que constituem, de forma simbiótica, um sistema de dominação/exploração de sexo/

gênero (Souza, 2015). Organizadas nesse modelo, muitas famílias estabelecem padrões relacionais que deixam às mulheres uma posição secundária. Entretanto, naturalizar o patriarcado, na visão dos entrevistados, é compactuar com a discriminação das mulheres.

Acho que isso é muito cultural ainda, essa coisa que a mulher cuida da casa, dos filhos. Do jeito que ainda é a sociedade, muita coisa cai pra mulher. É tipo, o marido dela é o quinto filho dela sabe, chega a ser ridículo. Ela chega a servir a comida no prato pra ele. O lanche da tarde, ela monta e entrega pra ele, assim... (Alice, 21 anos)

Uma importante questão a ser considerada é a forma como as culturas estabelecem essas dinâmicas de poder entre o feminino e o masculino, e como essas noções são representadas e reproduzidas no seio das famílias, uma vez que as diversas formas de violência contra as mulheres são resultados das históricas relações desiguais de poder (Guimarães & Pedroza, 2015).

Ele [o avô] sim foi machista, muito, tratou muito mal as meninas. Eu tenho duas tias e elas sempre foram inferiorizadas, foram tiradas da escola e não puderam estudar porque ele dizia que lugar de mulher era em casa. Elas não tiveram oportunidades, foram privadas de muitas coisas. (Luísa, 26 anos)

Embora o sistema patriarcal seja identificado nas culturas e reconhecido nos núcleos familiares, no discurso de grande parte dos jovens há discordância quanto a sua manutenção. Observou-se, nesse sentido, a presença de um forte senso crítico por parte dos respondentes quanto à forma de funcionamento de suas famílias. Essas questões foram identificadas nas falas de 85,7% das mulheres e de 66,6% dos homens, bem como o desejo pelo rompimento com ideias consideradas sexistas e estereotipadas. A defesa da equidade de gênero e o entendimento da importância da desconstrução transgeracional estão presentes em 100% dos discursos analisados.

Por exemplo, eu defendo que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens e essa é uma visão que falta na minha mãe. Ela acha que o homem tem que fazer um curso que ofereça a possibilidade de ganhar muito dinheiro para sustentar a casa e a família, e que isso não deve ser uma preocupação do casal, porque a mulher tem outras preocupações, como cuidar da casa, da limpeza, entende? (Paulo, 22 anos)

Esse sentimento de mudança e de rompimento de conceitos e ideias também dá margem à ressignificação de comportamentos que podem ter sido assimilados socialmente, como o fato de que algumas mulheres, por vezes, acabam reproduzindo ideias machistas. Essas

manifestações aparecem com frequência nas falas das próprias mulheres, que representam 70% da amostra total de pesquisa.

Acho que o primeiro passo que a gente tem que se dar conta é que a gente tem que parar de criticar as outras mulheres. Não é porque eu não gosto de usar uma roupa curta que eu preciso criticar uma mulher que usa. Aqueles termos, sabe? “Fulana é vagabunda, olha essa roupa”. É fato, a gente precisa parar com isso, porque quando a gente fala, a gente acaba reproduzindo, e quando um homem falar não vai ser tão grave, porque a gente mesmo fala. (Luana, 23 anos)

Para os jovens, o questionamento quanto às prescrições normativas que orientam o funcionamento de suas famílias é o primeiro passo para a mudança. Ainda assim, embora percebam as influências, em sua maioria os entrevistados não agem ativamente em vias de que essas desconstruções tenham maior alcance e acabam mantendo seus questionamentos restritos a grupos de pares que já compartilham valores semelhantes.

Uma vez que o patriarcado compõe uma especificidade das relações de gênero como um todo, estabelecendo, a partir delas, um processo de subordinação e de dominação (Cunha, 2014), por conseguinte é importante ressaltar que os modelos sociais conservadores não repercutem somente na vida das mulheres. Fica evidente nos discursos que o preconceito e a estereotipização afetam, também, outras minorias sociais, como a população LGBTQ+.

Importância dos movimentos sociais

Os movimentos sociais, que expressam práticas coletivas, são importantes espaços para o exercício e efetivação da cidadania. Eles definem-se como ações de grupos sociais para defesa e/ou conquista de seus objetivos, de fundamental importância no processo de remodelamento institucional, abrindo portas à participação popular para abrigar novas demandas sociais e possibilitar o exercício de práticas coletivas voltadas à afirmação da autonomia e dos direitos (Souza & Lopes, 2018).

Os respondentes afirmam que o engajamento juvenil tem ganhado força nos movimentos sociais, o que contribui para o aumento da visibilidade, devido ao uso das redes sociais, por exemplo. Em relação às gerações anteriores de suas famílias, os participantes percebem mudanças positivas em relação aos jovens de hoje e a sua capacidade e anseio por engajamento social, ainda que de forma indireta, através do apoio aos que lutam nesses movimentos. Um dos motivos apontados para esse fenômeno são desconstruções provenientes da quebra com os discursos normativos que são repassados pela família.

Hoje eu vejo que existem várias formas de fazer protestos e reunir amigos nos eventos, em redes sociais, e isso tem uma visibilidade maior. A internet alcança muitas pessoas, muito mais rápido. (Marcos, 25 anos)

Hoje em dia a gente vê mais as pessoas se assumindo, e se tem mais contato. Os jovens de hoje sabem mais o que querem da vida. Não sei muito bem de onde veio isso, acho que dessa ruptura com padrões mais rígidos das famílias, mas é muito positivo. (Luísa, 26 anos)

Da amostra total de pesquisa, 100% dos jovens simpatizam com as lutas por direitos, 80% afirmam que atuam indiretamente nos movimentos, apoiando pessoas engajadas nessas lutas e tentando disseminar os conhecimentos que possuem sobre os temas em redes sociais, embora somente 20% se definam como participantes ativos, *online* ou em outros espaços, físicos, como em manifestações públicas e trabalhos em instituições sociais. Em relação aos jovens que atuam diretamente nos movimentos sociais, em totalidade eles estão envolvidos em lutas pelos direitos das mulheres, e defendem o movimento feminista como agente de muitas mudanças sociais.

As pessoas falam do feminismo, mas graças ao feminismo a gente tem o mínimo de direitos, de poder estudar, de poder trabalhar, de poder votar inclusive. . . . É por isso que a luta tem que continuar, sempre. Os direitos da mulher, se a gente fechar os olhos, em algum momento eles vão estar sendo feridos. (Fabiana, 24 anos)

Historicamente, os espaços públicos e as instituições políticas reservam às mulheres e a outros grupos sociais, como a população LGBTQ+, uma posição de descrédito, de exclusão e de marginalização, que vai contra o ideal de universalidade de acesso e de efetivação de direitos (Biroli, 2018). O direito das mulheres ao voto no Brasil, por exemplo, percorreu um longo trajeto e foi conquistado com a luta dos movimentos sociais feministas, que têm por objetivo principal “mudar as relações sociais de poder imbricadas no gênero” (Brah, 2006, p. 342).

Inicialmente, quando foi autorizado, o direito ao voto livre era destinado somente às mulheres solteiras, já que as mulheres casadas dependiam de uma permissão do marido para que pudessem ir às urnas. Devido às manifestações negativas às restrições impostas, em 1932 o então presidente Getúlio Vargas revisou pessoalmente o texto da comissão e publicou o novo Código Eleitoral, que garantia às mulheres o direito de votarem e de serem votadas, sem restrições (Marques, 2018).

Apesar das mudanças percebidas através das conquistas feministas e de outros movimentos sociais, como o movimento LGBTQ+, 20% dos entrevistados apontam incertezas em relação ao cenário contemporâneo,

embora o acesso à informação tenha contribuído para desconstruir algumas concepções normativas. Eles demonstram preocupação quanto às perspectivas sociais mais conservadoras, que parecem ainda estar em evidência e que são apoiadas por muitos jovens, ainda que, muitas vezes, essas perspectivas atuem em sentido oposto à conquista e manutenção de direitos.

Apesar de hoje em dia, ainda que a gente tenha um movimento bem forte pela luta por direitos, tem um movimento contrário bem forte também, de conservadorismo, que tenta derrubar todas essas questões de gênero, tirar a educação sexual nas escolas, diversas coisas... Mas muitos paradigmas estão sendo quebrados com o acesso à informação em relação a essas noções preconceituosas. (Marcos, 25 anos)

É importante ressaltar o fato pontuado na fala de 80% dos jovens que participam de forma indireta dos movimentos sociais, que diz respeito ao desânimo que sentem em participar de forma ativa. Um dos motivos que os fazem não se engajar mais nessas lutas, como gostariam, é a dificuldade de muitas pessoas de desconstruir preconceitos, o que acaba causando a eles um sentimento de indignação tão forte que preferem evitar que esses assuntos venham à tona com mais frequência, como ocorreria no caso de militâncias sociais.

Estereótipos e papéis de gênero

A atribuição de estereótipos e papéis de gênero é herança do patriarcado, ainda em evidência nas sociedades contemporâneas, principalmente nas questões relacionadas ao trabalho, seja ele formal, informal ou doméstico. A divisão sexual do trabalho, pontuada aqui de maneira ampla e abrangente, organiza o acesso aos recursos fundamentais que garantem a autonomia e a participação efetiva nas diferentes dimensões públicas e sociais, como o acesso aos recursos educacionais e a estabilização e ascensão no mercado formal (Biroli, 2018).

Um dos exemplos mais comuns, abordado nas entrevistas, diz respeito à divisão das tarefas domésticas entre os membros de um mesmo núcleo familiar. Nos relatos dos jovens, pôde ser observado que em 30% dos casos é deixada exclusivamente às mulheres a tarefa do cuidado com a casa e com os filhos, enquanto os homens ocupam outras atividades laborais. Essa prática é tida como naturalizada nos núcleos familiares e nas famílias extensas daqueles que as relataram.

Dentro de casa eu basicamente nunca fiz nada a minha vida inteira. Todas as tarefas domésticas femininas quem fez, e ainda faz é a minha vó, ou então a minha mãe... Minha percepção é que minha família, incluindo a minha pessoa nisso, tem um comportamento machista na divisão de tarefas

domésticas, mas eu não sei como que todo mundo acha isso completamente normal e natural, incluindo as mulheres da família. (Leonardo, 27 anos)

Nos relatos em que foi percebido que a tarefa das mulheres é dedicar-se exclusivamente a sua casa e à família, pontua-se a questão do homem enquanto provedor financeiro, posição que é relativamente frágil e passível de ser fortemente abalada quando há avanços das mulheres, como a inserção no mercado de trabalho. Connell (2016) exemplifica que, uma vez que as definições sociais atribuídas ao masculino garantem aos homens uma posição familiar de provedores, o progresso das mulheres no mercado formal de trabalho é visto como uma ofensa, porque pode fazer com que eles pareçam menos dignos de respeito, colocando em risco o sentido e as obrigações da masculinidade. Deve-se levar em conta, também, que a divisão sexual do trabalho pode ser entendida como uma forma de violência simbólica (Siqueira & Samparo, 2017).

Eu percebo que, por exemplo, quando uma mulher começa a trabalhar, e começa a se sustentar, comprar coisas, isso gera atrito. Parece que o homem se vê como desnecessário, e parte pra cima da mulher quando esse incômodo assume proporções muito grandes. (Fabiana, 24 anos)

A minha mãe tem muito potencial, sabe? Ela desenvolve artesanato, tudo que ela faz, ela faz muito bem. Vendia roupa, tinha várias clientes. Eu percebi que ela tinha uma força de vontade e, por outro lado, tinha o meu pai que colocava sempre barreiras... Eu fui trabalhar a primeira vez com 14 anos como estagiária e ele dizia assim: "o salário que tu ganha lá eu posso pagar pra ti em casa", esse tipo de coisa. (Vitória, 26 anos)

Do total de entrevistados, 100% identificam em seus núcleos familiares a presença de estereótipos de gênero, frequentemente associados de forma negativa e restritiva às mulheres, independentemente da faixa etária. Para 30% desses jovens, as questões relacionadas aos estereótipos tornam-se mais perceptíveis quando analisadas as diferenças no cuidado e na criação entre irmãos do sexo oposto.

Tem um pouquinho [de diferença], por ele ser homem, principalmente. Aquela coisa de "se tiver muitas namoradas é o ganhão", esse tipo de coisa. Eu escutava que né, tinha que me cuidar, nunca poderia agir assim, porque isso não era coisa pra mulher. (Daniela, 24 anos)

Nas famílias onde os estereótipos e papéis de gênero são mais engessados e transmitidos entre as gerações, 20% dos respondentes percebem a naturalização

dessas questões, que sequer são questionadas pelas mulheres de suas famílias, em especial as de mais idade. Em sentido oposto, as tarefas tidas como femininas são bem recebidas por elas, que acreditam estarem cumprindo com seu papel na configuração familiar. Os estereótipos e papéis de gênero são um produto sociocultural forte na constituição das famílias e dos grupos sociais e pode ser percebida a atribuição de papéis “femininos” e “masculinos”, que determinam o modo de funcionamento e o estabelecimento da conjugalidade.

A mãe dele [do namorado] é aquela pessoa que faz tudo na casa e ela faz questão de fazer tudo, porque ela é a mulher e ela tem que fazer. Cultura muito machista ali, porque ela faz tudo, e gosta de fazer tudo, porque é papel da mulher. (Luana, 23 anos)

Em muitos núcleos familiares e famílias extensas, foram identificados padrões relacionais que compactuam com a continuidade de uma perspectiva patriarcal de funcionamento. Para a maioria dos jovens entrevistados, entretanto, essa questão encontra-se repensada, pois é vista como catalisadora para a manutenção de estereótipos e papéis de gênero.

Preconceito à diversidade

A noção de heteronormatividade prediz que a natureza humana é heterossexual e, dessa forma, tende a condenar e marginalizar quaisquer orientações diferentes dessa (Connel & Pearse, 2015). Por muito tempo, a população LGBTQ+ foi associada a transtornos mentais e a um desvio normativo. Aos poucos, assim como fizeram as mulheres, a população LGBTQ+ lutou por espaço político e social, o que auxiliou na desconstrução de alguns paradigmas e preconceitos, principalmente pelo olhar das juventudes.

Falam que a pessoa é gay, como se fosse algo ruim, negativo, algo pra te julgar, sabe? . . . Eles não aceitam isso como algo natural. Eu sei o que é ser o menino que tem que gostar de uma menina, porque eu me sentia obrigado a ser assim, eu tive que viver uma coisa que não era a minha realidade, porque isso foi imposto para mim. (Leonardo, 27 anos)

Do total de entrevistados, 40% declararam-se como pertencentes à comunidade LGBTQ+. A autoafirmação como pertencentes à essa comunidade partiu da vontade dos jovens de problematizar essa questão, haja vista que não havia, no roteiro de perguntas, algo específico sobre sexualidade e ainda assim todos os jovens posicionaram-se abertamente em relação ao assunto. Desse recorte, 75% dos participantes relataram surpresa ao conversar com as famílias sobre a própria sexualidade e descobrir visões preconceituosas que, até então, não eram percebidas por eles.

Aquela coisa assim de “tudo bem” quando é com os outros sabe, quando é na tua casa não. Eles se preocupam muito com o que as pessoas vão falar, tem muito disso. Eles acham que homofobia é simplesmente ofender, sabe? Não tem uma noção mais ampla... Na época, eu tinha 14 anos, e não fiz questão de esconder, sabe? E eu realmente achava, não sei por que, que as coisas seriam positivas por parte deles, porque eu tava muito bem comigo. Só que não foi, foi o caos. Foi péssimo, não houve aceitação nenhuma. (Adriana, 20 anos)

Paralela ao predomínio da noção de heteronormatividade social, a discriminação contra a população LGBTQ+ foi bastante abordada nos discursos dos jovens entrevistados. Defende-se que o caráter de normalidade precisa ser problematizado inclusive nas perspectivas teóricas que assumem a noção de cultura, entendendo-a como um campo de lutas em torno de significações, discursivamente produzidas e legitimadas (Petry & Meyer, 2011).

Em relação às famílias extensas e/ou aos núcleos familiares, 100% dos jovens identificam alguma forma de preconceito à diversidade de gênero e, em mesma proporção, discordam dessas posturas. Essas manifestações discriminatórias percebidas pelos respondentes envolvem desde palavras agressivas, exclusão e xingamentos, até formas mais sutis de preconceito, como a reprodução de discursos normativos.

Num aniversário meu aqui em casa tava um casal de amigos gays, todo mundo dançando e se divertindo e ele [o avô] passou e disse “essas bichinhas aqui”. (Daniela, 24 anos)

As mudanças nos padrões normativos foram pontuadas como um difícil caminho a ser percorrido, tendo em vista que as gerações mais antigas de suas famílias carregam consigo o preconceito de forma bastante edificada. Entretanto, Biroli (2018) assinala que, ainda que sensíveis, as lutas feministas e LGBTQ+ contribuíram para que fossem percebidos avanços nos padrões sociais de julgamento, pelo direito ao exercício da sexualidade sem discriminação e violência. Esse novo território em construção possibilita maior visibilidade e garantia para a efetivação de direitos para essas populações, ainda que não sejam plenamente aceitas pela sociedade e, por vezes, reprimidas.

Acredito que a gente seja muito reprimido ainda por, enfim, certas coisas não serem socialmente entendidas, bem-vistas, não sei. Às vezes, a gente tem que se privar de certos comportamentos que um casal hétero faria, como andar de mãos dadas, andar abraçado ou algo do tipo. Eu ainda vejo que hoje ainda é muito difícil, ainda pode ser considerado um tabu. (Marcos, 25 anos)

A desconstrução do fenômeno transgeracional surge nos relatos de 100% dos entrevistados quando pontuam que, apesar das influências que possuem de suas famílias quanto à visão preconceituosa em relação à diversidade, essas questões não são continuadas em seus discursos. Quando perguntados sobre o desejo de terem filhos, todos os jovens afirmaram que fariam grandes mudanças quanto à criação que tiveram de seus pais, visando à equidade de gênero e à desconstrução de estereótipos que dão margem ao preconceito.

Acho que eu daria a eles [aos filhos] uma criação mais aberta sabe, no sentido de desconstruir alguns preconceitos que eu vejo na minha família e que foram repassados pra gente, por exemplo. Antes eu reproduzia muitos preconceitos sem pensar e sem refletir, muito pelo convívio social. (Fabiana, 24 anos)

Os participantes afirmam identificar nas juventudes contemporâneas pensamentos mais abertos quanto a essas questões, como elencado nas categorias anteriores, o que contribui para a desconstrução de preconceitos e, em grande parte, atribuem essa sensível mudança ao fomento proporcionado pelas redes sociais. Louro (2008) pontua que é indispensável à compreensão das dinâmicas sociais observar que, hoje em dia, multiplicam-se os diversos modos de compreender, de viver e de significar os gêneros e, conseqüentemente, a sexualidade, ainda que a normatividade cultural seja reiterada por diversas instâncias.

Violência doméstica

A violência doméstica pode ser entendida como um *continuum* de agressividade, coação, poder e controle, que irrompe em ataques físicos, sexuais, psicológicos e/ou patrimoniais, e causa danos permanentes à vítima (Mckeown, 2014). A violência doméstica é, da mesma forma que os estereótipos e papéis de gênero, herança das organizações familiares patriarcais e, por esse motivo, pode permanecer invisível e naturalizada nos mais diversos extratos sociais.

No estudo das correlações entre violência doméstica e transgeracionalidade, afirma-se que deve ser considerada uma gama de fatores para a compreensão de um comportamento violento ou da permanência de uma pessoa em uma relação violenta, dentre eles as questões familiares (Razera, Cenci, & Falcke, 2014; Razera, Gaspodini, Oliveira, Neis, & Falcke, 2018). Sejam os exemplos repassados pela família bons ou ruins, há a chance de que se repitam nos futuros relacionamentos que seus membros venham a estabelecer.

A minha família vem de um histórico muito grande de violência de gênero, muito grande mesmo. Vou contar assim, umas coisas mais pessoais pra tu entender melhor o que é tudo isso. As minhas duas avós foram esfaqueadas. As duas, assim, pelos maridos. Nenhum foi denunciado. (Luana, 23 anos)

A violência contra a mulher é diretamente relacionada à desigualdade de gênero, que sustenta as relações de dominação e de subordinação entre homens e mulheres (Cunha, 2014; Razera, Mosmann, & Falcke, 2016). Ela pode ser o eixo estruturante dos relacionamentos afetivos abusivos e afeta, mesmo que de forma indireta, todos os membros da família. Vivenciar situações de violência nos núcleos familiares, para os 20% dos respondentes que pontuaram estes acontecimentos, foi uma experiência bastante traumática. Em 50% desses casos, no momento em que a violência passou a ser sofrida de forma física, causando prejuízo maior na qualidade de vida, houve a decisão do divórcio.

Ele saía e não voltava e a gente não sabia como ele ia voltar, porque meu pai também tinha muito problema com bebida, então quando ele voltava, ele voltava transtornado, parecia outra pessoa. Então a gente pensou que não, que a gente ia ter que se trancar. Todo, todo final de semana ele bebia, ele madrugava fora de casa, voltava extremamente violento. (Luana, 23 anos)

Além daqueles que presenciaram violência em seus núcleos familiares ou famílias extensas, 30% dos jovens entrevistados atuam diretamente no atendimento a situações de violência doméstica em seus ambientes laborais, engajamento tido como uma forma de ressignificar a própria história, ajudando outras mulheres que vivem em contextos violentos. Eles afirmam que percebem as tentativas, por parte dos agressores, de tentar justificar os atos violentos a partir da premissa de culpabilizar as mulheres, que não se enquadraram em um papel esperado.

Muitos casos de violência contra a mulher são por causa disso, porque às vezes ela não mantém aquele papel que é esperado por ele, e o homem não sabe lidar com isso. Em audiência, uma coisa que chama muita atenção pra mim é a fala dos homens, pra justificar as agressões, sabe? “Ela não cuidou do meu filho direito”, “eu cheguei em casa e não tinha comida”. (Fabiana, 24 anos)

Qualquer coisa motiva violência, como se a mulher precisa cumprir com tudo que é esperado dela, mesmo que ela não queira. (Vitória, 26 anos)

Percebida nos relatos dos respondentes que trabalham diretamente com violência doméstica, “a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer” (Saffioti, 2004, p. 75). Essa é uma realidade percebida com desesperança pelos jovens, pois, ainda que com o avanço dos movimentos sociais, os índices de violência doméstica, que hoje possuem mais visibilidade por conta da mídia, continuam a subir.

Delineamentos finais

As mudanças percebidas nas dinâmicas familiares ainda não são suficientes para refletir na desconstrução de paradigmas históricos e culturais, e, mesmo que de forma encoberta, as desigualdades políticas, econômicas e laborais ainda afetam profundamente as mulheres (Lanning, 2012). Suas condições laborais não são equitativas às dos homens, e a elas recai, em grande maioria, as tarefas domésticas e o cuidado com os filhos.

As novas gerações, entretanto, buscaram ressignificar conceitos e ideias transmitidas por suas famílias, objetivando uma sociedade equitativa. É a partir dessas percepções que se entende que o fenômeno da transgeracionalidade, ainda que inerente à dinâmica das relações familiares, é legitimado somente até certo ponto – para os jovens, quando os interesses individuais sobressaem-se aos benefícios coletivos, é preciso repensar os valores que foram assimilados.

Os valores socialmente fundamentados em modelos patriarcais foram um ponto importante para análise neste estudo, pois deles reflete a gama de estereótipos, preconceitos e padrões relacionais que emergiram nos discursos dos entrevistados. Apesar da influência de seus núcleos familiares, os jovens possuem posicionamento crítico a essa visão e são irredutíveis ao afirmar que não coadunam com esses valores e que não os transmitiriam às próximas gerações de suas famílias.

Ainda que em totalidade os jovens entrevistados afirmam compreender a importância das lutas e simpatizar com os movimentos sociais, apenas uma pequena parcela é participante ativa em espaços que ultrapassam as barreiras *online*. Os participantes referem como um dos principais motivos pontuados para a falta de interesse em manifestações em espaços físicos o medo de represálias e agressões. Com o advento da globalização, a *internet* tornou-se um potente campo de disseminação de informações e, assim, são necessários estudos para a compreensão dos limites do engajamento social em espaços físicos e *online*, e das novas formas de ativismo.

A diversidade foi identificada pelos jovens entrevistados como uma questão ainda sensível às construções normativas das gerações mais antigas de

suas famílias e à sociedade de forma geral. O preconceito, de diversas formas, emerge dos discursos, e os jovens, principalmente os que se identificaram como pertencentes à população LGBTQ+, percebem com desânimo as restrições sociais e as agressões às quais são submetidos.

Os movimentos sociais adquirem importância para a conquista e manutenção de direitos das mulheres e da população LGBTQ+. A representação e a atenção efetiva aos assuntos e interesses políticos, em termos da democracia, deve requerer ao Estado a capacidade de resposta, de inclusão e de consideração equitativa de opiniões, questões e interesses dos mais diversos grupos sociais, e não apenas daqueles que são historicamente privilegiados (Celis & Lovenduski, 2018). Como sociedade civil, cabe aos indivíduos, em suas práticas diárias, atuar nos espaços políticos e atualizar a política, principalmente através de mudanças e ressignificações relacionais.

A discriminação de gênero é uma violação dos direitos humanos e dá margem ao estabelecimento de relações vinculares violentas. Embora a desigualdade de gênero possa alterar as expressões e o *status* da masculinidade, amparada pelo poder patriarcal, estudos evidenciam que homens lutam para manter a masculinidade e o poder hegemônico através da violência, mesmo quando inseridos em sociedades equitativas, dado o caráter patriarcal estruturante (Lei, Simons, Simons, & Edmond, 2014). Identificadas por uma parcela dos respondentes, as situações de violência doméstica foram transmitidas a algumas gerações de suas famílias, embora somente por eles sejam tenham sido criticadas.

Um dos principais motivos que levaram à desconstrução das questões transgeracionais, de acordo com os discursos dos jovens entrevistados, é o amplo acesso à informação e o estabelecimento de redes fraternas que compartilham valores semelhantes quanto às questões de gênero. Para os jovens é preciso, antes de tudo, dar vazão à busca pelo conhecimento e à curiosidade genuína pelas experiências e pela diversidade humana, de modo que seja possível desconstruir padrões sociais normativos em vista de novas configurações. Ainda que as mudanças sejam sensíveis e frágeis, comparadas ao que idealizam, é unânime entre os jovens o desejo de luta, de resistência e de equidade.

Gender and transgeneration: a (de)construction

Abstract: This study analyzed the transgenerational transmission and maintenance of gender perspectives with use of semi-structured interviews with 10 young adults aged between 20 and 27 years. The new generations were found to re-signify issues transmitted by their families aiming for a fair society, although the perceived changes in family dynamics are not enough to reflect on the deconstruction of historical and cultural paradigms. Although these individuals have a critical social stance and seek to deconstruct stereotypical and prejudiced gender values, their discourses showed that political, economic and social inequalities still profoundly affect women. One of the main reasons that led to this transgenerational deconstruction was the access to information and the powerful insertion in groups that motivate militancy, although few of the interviewees overcome the internet barriers in their actions.

Keywords: gender, transgenerationality, family relations, youth, social movements.

Genre et transgénérationnalité: une (dé)construction

Résumé: Cette étude visait à étudier et à comprendre la transmission transgénérationnelle et le maintien des perspectives de genre à partir d'entretiens semi-structurés menés auprès de 10 jeunes, âgés de 20 à 27 ans. Il a été identifié que les nouvelles générations cherchent à redéfinir les aspects transmis par leurs familles visant une société équitable, bien que les changements perçus dans la dynamique familiale ne soient pas suffisants pour réfléchir à la déconstruction des paradigmes historiques et culturels. Bien que ces jeunes aient une position sociale critique et cherchent à déconstruire des valeurs de genre stéréotypées et préjugées, ils prouvent par leurs discours que les inégalités politiques, économiques et sociales affectent profondément les femmes. L'une des principales raisons qui ont conduit à la déconstruction transgénérationnelle était l'accès à l'information et l'insertion puissante dans des groupes qui motivent le militantisme, bien que peu de personnes interrogées dépassent les barrières d'Internet dans leurs actions.

Mots-clés: genre, transgénérationnalité, relations familiales, jeunesse, mouvements sociaux.

Género y transgeneracionalidad: una (de)construcción

Resumen: Este estudio buscó investigar y comprender la transmisión transgeneracional y mantenimiento de las perspectivas de género a partir de entrevistas semiestructuradas realizadas con 10 jóvenes, con edades entre 20 y 27 años. Se identificó que las nuevas generaciones buscan resignificar cuestiones transmitidas por sus familias apuntando a una sociedad equitativa, aunque los cambios percibidos en la dinámica familiar no son suficientes para reflexionar sobre la deconstrucción de paradigmas históricos y culturales. Aunque estos jóvenes tienen una posición social crítica y buscan deconstruir valores de género estereotipados y prejuiciosos relacionados al género, dejan claro en sus discursos que las desigualdades políticas, económicas y sociales aún afectan profundamente a las mujeres. Una de las principales razones que llevaron a la deconstrucción transgeneracional fue el acceso a la información y la inserción en grupos que motivan la militancia, a pesar de que pocos de los entrevistados superan las barreras de la internet en sus acciones.

Palabras clave: género, transgeneracionalidad, relaciones familiares, juventud, movimientos sociales.

Referências

- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo, SP: Edições 70.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e desigualdades: Limites da democracia no Brasil*. São Paulo, SP: Boitempo.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. *Pensando famílias*, 19(2), 43-56. Recuperado de <https://bityli.com/CCyL5>
- Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, 26, 329-376. doi: 10.1590/S0104-83332006000100014
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Butler, J. (2004). *Undoing gender*. Abingdon: Routledge.
- Celis, K., & Lovenduski, J. (2018). Power struggles: gender equality in political representation. *European Journal of Politics and Gender*, 1(1), 149-166. doi: 10.1332/251510818X15272520831085
- Connel, R. (2016). *Gênero em termos reais*. São Paulo, SP: nVersos.
- Connel, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero: Uma perspectiva global*. São Paulo, SP: nVersos.
- Cunha, B. M. (2014). Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero. Artigo apresentado na XVI Jornada de Iniciação Científica de Direito da UFPR, Curitiba, PR. Recuperado de <https://bityli.com/ind1m>
- Dias, M. O. (2011). Um olhar sobre a família na perspectiva sistêmica: o processo de comunicação no sistema familiar. *Gestão e Desenvolvimento*, 19, 139-156. Recuperado de <https://bityli.com/PRAOc>
- Esteves, L. C. G., & Abramovay, M. (2008). Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. Artigo apresentado no VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais: Saberes e Práticas, Lisboa, Portugal. Recuperado de <https://bityli.com/XNiA1>
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre, RS: Bookman.
- Guimarães, M. C., & Pedroza, R. L. S. (2015). Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 256-266. doi: 10.1590/1807-03102015v27n2p256
- Lanning, T. (2012). Feminism and democratic renewal. *Soundings*, 52, 8-20. Recuperado de <https://bityli.com/fix5ue>
- Lei, M.-K., Simons, R. L., Simons, L. G., & Edmond, M. B. (2014). Gender equality and violent behavior: how neighborhood gender equality influences the gender

- gap in violence. *Violence and Victims*, 29(1), 89-108. Recuperado de <https://bityli.com/9T1Rr>
- Louro, G. L. (2008). Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. *Pro-Posições*, 19(2), 17-23. doi: 10.1590/S0103-73072008000200003
- Marques, T. C. N. (2018). *O voto feminino no Brasil*. Brasília, DF: Edições Câmara.
- Martinez, M. (2015). A história de vida como instância metódico-técnica no campo da comunicação. *Comunicação & Inovação*, 16(30), 75-90. Recuperado de <https://bityli.com/j117t>
- Mckeown, A. (2014). Female offenders who commit domestic violence: aggression characteristics and potential treatment pathways. *The Journal of Forensic Practice*, 16(2), 127-138. doi: 10.1108/JFP-01-2013-0007
- Osório, C., Piltcher, R., & Martini, T. (2013). Adultos jovens e seus scripts: novas gerações em novos cenários. In C. L. Eizirik, & A. M. S. Bassols (Orgs.). *O ciclo da vida humana: Uma perspectiva psicodinâmica* (3a ed.). (pp. 141-158). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Petry, A. R., & Meyer, D. E. E. (2011). Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, 10(1), 193-198. Recuperado de <https://bityli.com/OKiXm>
- Razera, J., Cenci, C. M. B., & Falcke, D. (2014). Violência Doméstica e Transgeracionalidade: Um Estudo de Caso. *Revista de Psicologia da IMED*, 6(1), 47-51. Recuperado de <https://bityli.com/QXUPr>
- Razera, J., Gaspodini, I. B., Oliveira, E. L., Neis, L., F., & Falcke, D. (2018). Terapia de casal em contextos de violência conjugal: revisão integrativa da literatura. *Contextos Clínicos*, 11(2), 197-205. doi: 10.4013/ctc.2018.112.05
- Razera, J., Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2016). A interface entre a qualidade e a violência em relacionamentos conjugais. *Paidéia*, 26(63), 71-79. doi: 10.1590/1982-43272663201609
- Resolução nº 466, de 12 de novembro de 2012* (2012). Brasília, DF: Ministério da Saúde/ Conselho Nacional de Saúde.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Siqueira, D. P., & Samparo, A. J. F. (2017). Os direitos da mulher no mercado de trabalho: da discriminação de gênero à luta pela igualdade. *Direito em Debate*, 26(48), 287-325. doi: 10.21527/2176-6622.2017.48.287-325
- Souza, T. M. S. (2015). Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. *Temporalis*, 15(30), 475-494. doi: 10.22422/2238-1856.2015v15n30p475-494
- Souza, L. T., & Lopes, F. H. A. (2018). O direito penal na luta dos movimentos de mulheres contra a violência no Brasil. *Revista de Movimentos Sociais e Conflitos*, 4(1), 1-21. doi: 10.26668/IndexLawJournals/2525-9830/2018.v4i1.4081
- Vinuto, J. (2016). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 44(22), 203-220. Recuperado de <https://bityli.com/wBp6j>
- Walsh, F. (2016). *Processos normativos da família: Diversidade e complexidade*. Porto Alegre, RS: Artmed.
- Walters, M., Carter, B., Papp, P., & Silverstein, O. (1991). *The invisible web: Gender patterns in family relationship*. New York: Guilford Press.

Recebido 31/10/2019

Revisado 10/06/2020

Aprovado 28/09/2020